



Desafios e Possibilidades para a Educação Inclusiva

Ginna Elka Bezerra Silva¹;

Como Citar:

SILVA; Ginna Elka Bezerra. Desafios e Possibilidades para a Educação Inclusiva. *Revista Multidisciplinar de Pesquisas Acadêmicas do Nordeste*, vol.1, n. 2, p. 60-67, 2024.

Área do conhecimento:

Ciências Humanas

Sub-área:

Educação

Palavras-chaves: Inclusão. Desafios. Possibilidades. Família.

Publicado: 22 de novembro de 2024

Resumo

Este estudo visa ampliar a reflexão quanto aos desafios e possibilidades que são encontrados na inclusão de alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular, demonstrando a necessidade de novos olhares, metodologias diferenciadas, adaptação arquitetônica e capacitação profissional para uma aprendizagem com qualidade. Através de uma revisão bibliográfica qualitativa, busca também uma compreensão sobre a importância da família durante todo o processo escolar, onde esta ajuda como ponte entre escola e comunidade, permitindo com que a criança se sinta em um ambiente seguro para o desenvolvimento de suas potencialidades e de sua autonomia, favorecendo o envolvimento das diversidades e construindo cidadãos mais compreensivos, críticos e conhecedores de seus direitos.

Palavras-chave: Inclusão. Desafios. Possibilidades. Família.

Abstract

This study aims to broaden the reflection on the challenges and possibilities that are found in the inclusion of students with special needs in the regular education network, demonstrating the need for new perspectives, different methodologies, architectural adaptation and professional training for quality learning. Through a qualitative bibliographic review, it also seeks an understanding of the importance of the family throughout the school process, where it helps as a bridge between school and community, allowing the child to feel in a safe environment for the development of their potential and of their autonomy, favoring the involvement of diversities and building citizens who are more understanding, critical and aware of their rights.

Keywords: Inclusion. Challenges. Possibilities. Family.

1. Introdução

Muito se tem discutido sobre a educação especial e o processo de inclusão no ensino regular, contudo pode-se notar que entre as leis estabelecidas e a realidade vivenciada ainda há um longo caminho a se percorrer. Existe a necessidade de se começar a refletir e desmistificar sobre a inclusão e o lugar do aluno especial na escola regular, diminuindo preconceitos e favorecendo de forma saudável a aquisição de todos no processo de aprendizagem.

É de fundamental importância que exista uma comunicação e relação cordial entre a rede escolar, a família e a comunidade para que ocorra sentimento de segurança e o desenvolvimento do aluno como também, melhor atuação dos pais e professores, excluindo o medo e permitindo uma inclusão verdadeira onde há o respeito dos limites e do tempo de

¹Graduada em Pedagogia pelo (ISES) Instituto Superior de Educação de Salgueiro. Email: ginnasa22@gmail.com

aprendizagem de cada criança, favorecendo e criando uma rede estável para vencer os desafios encontrados tanto no ambiente escolar no espaço físico, pedagógico; quanto no emocional dos envolvidos, pois todos participam de forma ativa no processo de conhecimento do ser humano.

Mantoan (2004, p.1) relata que:

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

Assim, através de uma pesquisa bibliográfica buscando uma maior compreensão e estratégias sobre o tema, propõe-se que de maneira harmônica ocorra transmissão de conhecimentos abordados em livros e diversas publicações científicas e se apresentem possibilidades neste universo visto em sua complexidade.

2. Desafios e Possibilidades para a Educação Inclusiva

A Educação especial é entendida como uma modalidade de ensino voltada ao público de crianças com necessidades especiais, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, sendo este realizado preferencialmente na rede regular desde o ensino infantil até o superior, objetivando uma serie de recursos pedagógicos e estratégicos de apoio para melhor desenvolvimento do aluno, apresentando de forma organizada diferentes formas de atendimento.

Esta se estruturou inicialmente como um atendimento educacional especializado que supria o ensino regular, onde separa através do conceito de normalidade e anormalidade, criança em classes especiais com modelo de atendimento clínico/terapêutico. Assim, com a criação de documentos e leis como a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que regem a educação como direito de todos, vem se estabelecendo no país.

A inclusão acontece a partir do acolhimento de todas as pessoas indiferentemente de classe social, cor, situação física, intelectual, psicológica. E vem a cada dia se organizando no Brasil, apesar de estar inserida desde 1988 na Constituição Federal no princípio de universalização como pode se visto no artigo 206, inciso I, que se institui a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” não distinguindo classes e situação de qualquer cidadão, e no artigo 208 inciso III desta, informa que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de



ensino”. No entanto, percebe-se que mesmo diante de varias conquistas e mudanças propostas, o processo de transformação nas escolas para rumo a educação inclusiva caminha a passos lentos devido a um modelo engessado desde sua criação.

O desafio da inclusão exige uma mudança na qual a escola precisa adaptar o seu projeto político-pedagógico, revendo paradigmas psicológicos, didáticos, socioculturais e administrativos, para assegurar a todos os seus alunos e toda equipe escolar a entender, aprender e participar desta inclusão favorecendo assim o desenvolvimento de todos os envolvidos neste processo. Modificações nos conteúdos, objetivos, nos critérios de avaliações, nas atividades apresentando exercícios que atenda a diversidade dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

É de conhecimento geral que, incluir vai além de inserir o indivíduo em um determinado espaço, neste caso a escola. O ambiente e as pessoas que ali se relacionam precisam também se envolver em todo o processo, criando uma via de mão dupla onde cada lado faz sua parte, escola, família, comunidade e órgãos governamentais.

Visto que a inclusão vem através da busca por igualdade entre ambas as partes, torna-se necessário que todo o corpo docente da instituição esteja disposto e preparado para diferentes possibilidades de aprendizado, o que torna-se muitas vezes, um obstáculo para um trabalho com qualidade e realmente inclusivo. Estes precisam conhecer e estar dispostos a diversificar sua metodologia de trabalho, criando métodos que auxiliem e alcancem a todos dentro da sala de aula, uma das metodologias pedagógicas que podem ser usada no desenvolvimento do aluno com necessidades especiais denomina-se Tecnologia Assistida (TA) que pode ser vista como um conjunto de recursos e serviços que visam aumentar as habilidades e favorecer maior independência.

Para uma aprendizagem adequada dentro da sala de aula é importante que suas potencialidades e habilidades sejam respeitadas, que exista um planejamento adaptado, onde o professor consiga atender e avaliar a cada aluno, fazendo com que todos se sintam envolvidos na programação do conteúdo repassado por este.

O professor sendo um organizador da sala de aula deve assumir o compromisso com a diversidade, atribuindo significados e construindo conhecimentos aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como mediador desse processo de ensino aprendizagem o papel do professor tem a função de mediador desse processo. Intervir nas atividades do aluno para que o mesmo tenha autonomia para desenvolver sozinho e possa resolver outros conflitos ao longo da vida, pois é na escola com o professor que esse aluno aprende a ter autonomia e uma boa auto-estima, conseguindo assim resolver conflitos cognitivos.



Apesar das declarações e leis que resguardam a educação especial, como LBDEN, Declaração de Salamanca de 1994, A Constituição Federal de 1988, os Decretos criados para proteção dos direitos e a acessibilidade, que prevê o acolhimento obrigatório de todas as crianças pela instituição escolar, sem levar em consideração suas condições físicas, emocionais ou intelectuais.

Consta na Declaração de Salamanca (1994) que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem". Demonstra-se nesta declaração criada na Conferencia Mundial Sobre as Necessidades Educativas Especiais, a importância do respeito ao próximo, a diversidade e o valor de cada ser humano, permitindo o desenvolvimento de todos.

Percebe-se também que para que realmente a inclusão esteja presente no ambiente é necessário que a sociedade seja novamente estruturada, com nova forma de pensar, de agir, o que demanda tempo para conscientização, e que a escola torna-se base para divulgação e transformação social. Azevedo (1993, p.8) informa que “A educação para todos é um imperativo social, econômico, cultural e ético. Está em questão o próprio modo como cada homem olha o outro homem, como cada pessoa olha a outra pessoa, o lugar que lhe dá e o espaço que lhe abre”.

A escola, para recebimento de alunos com necessidades especiais precisa estar adaptada, tanto fisicamente possibilitando acessibilidade a todos os ambientes com criação de rampas, barras, mobiliário adaptado, recursos pedagógicos diferenciados, equipe docente que busca atualização e capacitação profissional, quanto seus membros precisam estar livres de preconceito, proporcionando a convivência sadia entre todos e favorecendo a criação de meios de convivência e socialização de todos os alunos.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social [...] (SÁNCHEZ, 2005 p.11)

O Professor de ensino regular juntamente com o especializado, que vem para agregar e em parceria, atender as necessidades e potencialidades dentro do desta forma de ensino, torna-se um importante aliado no processo de desenvolvimento do aluno especial, eles através de sua experiência e conhecimento que estará planejando e adaptando o currículo e executando atividades para a aprendizagem e superação de limitações da criança, buscando junto com a família a possibilidade da inserção deste na sociedade de forma plena. Para isto, o contato com

a família é primordial, pois é necessário que haja confiança entre eles e crença nas possibilidades que a criança apresenta. Os pais precisam estar dispostos a permitir que os filhos busquem a autonomia, tendo o entendimento que em algum momento podem não estar mais para suprir as necessidades do filho como afirma Serra (2010,) a importância dos pais promoverem nos filhos com necessidades especiais o máximo de suas potencialidades, pois ainda de acordo com o autor os pais precisam lembrar a realidade dura, mas imutável, de que não são eternos e precisam aceitar a ajuda de algum familiar nos cuidados do filho especial, mas também preparar-lo para a vida independente, com comportamentos socialmente aceitos.

Devido à discriminação, o medo/receios que a sociedade ainda mantém com relação a não conhecer o “diferente” das características formadas socialmente, torna-se aceitável o sentimento de temor que as famílias de crianças especiais têm com relação à exposição de seus filhos no ambiente de escolar de ensino regular. Os pais vivenciam desde o momento da descoberta desta necessidade um sentimento de culpa, negação, rejeição por um bom período, e ao conhecer realmente a criança e aceitá-la, não querem novamente que este processo seja experienciado pelo filho, tornando mais tardio a ida deste para uma instituição de ensino.

Assim, a atuação de especialistas, como médicos, psicólogos, e outros profissionais da saúde, como também a garantia dos direitos destas crianças pelos municípios e governo, há um embasamento para que a família se sinta amparada e em condições de cuidar dos filhos, contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com Rey e Martinez (1989, p. 143) “[...] a família representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, graças à enorme carga emocional das relações entre seus membros. [...]”

É no seio familiar que se desenvolve as primeiras relações sociais e ocorre a mediação da criança com o mundo, e é através desta que estabelece a comunicação seja esta, verbal ou não-verbal criando possibilidade ou inabilidade de realização de algumas funções. De acordo com Buscaglia (1993) a deficiência é uma condição, que quase sempre traz limitações, porém o fator decisivo que poderá tornar a pessoa com deficiência incapaz é a atitude da sociedade frente a esta limitação.

Pode-se perceber que quando a família está envolvida e sente-se segura no processo de desenvolvimento do aluno, este acontece de forma adequada, com rompimento de algumas limitações e propiciando ao sujeito uma vida mais autônoma. Em parceria com a escola, a aprendizagem do aluno torna-se mais eficaz, pois ali suas relações sociais são ampliadas e seu crescimento acontece dia a dia dentro de suas possibilidades respeitando seu tempo. Segundo Silva apud Cosme (2002), a participação dos pais na educação, facilita a integração escolar dos

filhos. Dessa forma, o aluno sente-se incluído e aceito de forma plena no seio familiar e no ambiente escolar.

É importante a participação da família como parceiro neste processo ensino aprendizagem, pois a instituição escolar realiza melhor aquelas especificidades permitindo ao aluno o contato com o outro e a inclusão pode funcionar de maneira mais afetiva.

O processo de aprendizagem de cada ser humano é individual, cada um tem um tempo para que aconteça a assimilação do conhecimento, da mesma forma acontece com as crianças com necessidades especiais, é necessário valorizar cada conquista, o tempo pode parecer maior, mas nos pequenos avanços pode-se ver a grandiosidade do conhecimento adquirido e de passo a passo chega-se ao esperado.

3. Metodologia

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, abordando obras acadêmicas, artigos científicos, legislações e outros materiais pertinentes ao tema da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular. O método qualitativo foi escolhido devido à sua capacidade de proporcionar uma análise profunda e interpretativa dos dados levantados, permitindo compreender os desafios e as possibilidades relacionadas à inclusão escolar.

A pesquisa buscou identificar e analisar produções científicas que tratam de práticas pedagógicas inclusivas, adaptações arquitetônicas, capacitação profissional e a importância da atuação da família no processo escolar. As fontes foram selecionadas com base em sua relevância, atualidade e contribuição para o debate sobre a inclusão educacional.

Além disso, foram considerados documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, que fornecem o arcabouço teórico e normativo necessário para embasar as reflexões apresentadas.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, com foco em identificar práticas eficazes e propor reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento de metodologias inovadoras. A pesquisa também buscou evidenciar como a interação entre escola, família e comunidade pode favorecer um ambiente escolar seguro e promotor de autonomia e potencialidades para os alunos com necessidades especiais.



4. Considerações finais

Na medida em que são informadas as faltas de recursos e infra-estrutura no processo de inclusão, a péssima condição de trabalhos dos professores com salas lotadas e limites em sua formação profissional verifica-se que incluir vai além de colocar o aluno especial na escola, necessitando de planejamento e adequações de todos e do ambiente adaptado para recebê-lo, além de coragem, prudência nas ações educativas, por parte de todos envolvidos no processo de aprendizagem.

A família cabe apesar da insegurança, entender que no ambiente escolar de ensino regular será favorável ao seu filho a interação com outras crianças, condições de resolver problemas sem a necessidade da super-proteção como ocorre nas escolas especiais.

É através da convivência e socialização, como pela postura e atuação dos professores e educadores, desenvolver neste local, alunos que reflitam e sejam estimulados quando a diversidade, preconceitos, solidariedade, igualdade, pois necessário é formar cidadãos conscientes e respeitosos, que saibam conviver e se relacionar com as diferenças.

É imprescindível que todos se informem e estejam dispostos a viver a inclusão de forma verdadeira. Assim, acontecerá um ganho a todos, tanto as crianças com necessidades especiais quanto aos ditos “normais”, pois a sociedade em si, terá maior consciência sobre o outro e oportunidades de crescimento e conhecimento estarão ao alcance a todos.

5. Referências

AZEVEDO, Joaquim (1993). **Educação para Todos**. Ponte para o Futuro. In Cadernos PEPT 2000. Educação para Todos. Ministério da Educação, nº 2, p. 8.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: RJ: Editora Record, 1993.

COSME, Ariana; Trindade, R. **Manual de sobrevivência para professores**. Porto: ASA, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**. Novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2004



REPAN – ISSN 2966-2788

SITE: <http://www.repan.periodikos.com.br/>

**REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISAS ACADÊMICAS DO
NORDESTE VOLUME 1, NÚMERO 2, ANO 2024**

MAYOR, F. Prefácio da Declaração de Salamanca, in UNESCO: Declaração de Salamanca. Lisboa: 1.1. E, 1994

Rey, F.G. & Martinez, A.M. (1989). **La personalidad: su educación y desarrollo**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos os no século XXI**. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano I. nº 01. Outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.

SERRA. D.C.G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UERJ, 2004. Entre o limite e a esperança. Sobre a inclusão de alunos autistas em escolas regulares. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, PUC-Rio. 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

6. Declaração de direitos

O(s)/A(s) autor(s)/autora(s) declara(m) ser detentores dos direitos autorais da presente obra, que o artigo não foi publicado anteriormente e que não está sendo considerado por outra(o) Revista/Journal. Declara(m) que as imagens e textos publicados são de responsabilidade do(s) autor(s), e não possuem direitos autorais reservados à terceiros. Textos e/ou imagens de terceiros são devidamente citados ou devidamente autorizados com concessão de direitos para publicação quando necessário. Declara(m) respeitar os direitos de terceiros e de Instituições públicas e privadas. Declara(m) não cometer plágio ou auto plágio e não ter considerado/gerado conteúdos falsos e que a obra é original e de responsabilidade dos autores.